

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE
INFANTIL

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Conselheiros e Associados da
Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil
Salvador - BA

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir, intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião com ressalva

Limitação no saldo de estoques

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 9 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2025, a Entidade possui registrado na rubrica "Estoques", no ativo circulante, o montante de R\$ 11.526 e na rubrica "Custo com materiais e medicamentos", no resultado, o montante de R\$ 52.262. Em que pese termos acompanhado o inventário físico de estoques, não foi possível efetuarmos procedimentos de auditoria suficientes e apropriados para conciliar e validar a movimentação dos estoques entre a data do inventário físico e a data-base de 31 de dezembro de 2025. Em decorrência dessas limitações, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente quanto à existência e mensuração do saldo de estoques no ativo, bem como dos seus efeitos, se houver, no custo com materiais e medicamentos no resultado do exercício.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 5 às demonstrações contábeis, que descreve a reapresentação dos valores correspondentes, em conformidade com a NBC TG 23 (R2) - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, decorrente da identificação de erro na demonstração do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Tais inconsistências não ocasionam impactos sobre o resultado do exercício nem sobre a posição patrimonial evidenciada no balanço patrimonial. Em razão disso, a administração procedeu às correções necessárias no referido demonstrativo, com o objetivo de aprimorar a adequada apresentação das demonstrações contábeis. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram examinadas por outro auditor que emitiu relatório datado em 29 de setembro de 2025 com opinião modificada relativa a limitação do saldo de estoques e eventuais efeitos no custo dos materiais e medicamentos, mantida nesse relatório.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalvas. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 02 de junho de 2026.

LIGA ÁLVARO CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2025	2024		Nota explicativa	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	44.687	52.345	Empréstimos e financiamentos	14	3.984	3.611
Contas a receber	7	47.947	56.014	Fornecedores	15	5.588	4.413
Outros créditos	8	1.269	1.228	Prestadores de serviços	16	11.258	11.844
Estoques	9	11.526	13.102	Obrigações sociais e trabalhistas	17	34.944	30.300
		105.429	122.689	Obrigações tributárias	18	2.175	2.394
				Convênios com o poder público	19	1.872	5.122
Ativo não circulante classificado como mantido para venda	11	3.623	-	Bens de terceiros	20	-	328
				Contratos de concessão pública	21	491	794
		109.052	122.689	Outras contas a pagar	22	5.381	7.123
						65.693	65.929
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	14	18.722	16.334
Contas a receber	7	16.427	13.169	Obrigações tributárias	18	710	469
Aplicações financeiras	6	14.752	14.212	Convênios com o poder público	19	12.407	9.778
Depósitos e bloqueios judiciais	10	1.554	1.019	Contingências	24	18.415	15.504
Outros créditos	8	1.243	871	Contratos de gestão	23	18.633	35.392
		33.976	29.271	Contratos de concessão pública	21	3.925	3.633
						72.812	81.110
Imobilizado	12	28.844	34.630	Patrimônio líquido			
Intangível	13	9.170	10.803	Patrimônio social		50.354	44.016
		71.990	74.704	Déficit/Superávit acumulado		(7.817)	6.338
						42.537	50.354
Total do ativo		181.042	197.393	Total do passivo e patrimônio líquido		181.042	197.393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

LIGA ÁLVARO CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2025	2024 (Reapresentado)
Receitas operacionais			
Receitas de serviços	26	336.458	294.507
Receita com doação	26	9.893	7.271
Receita com serviços voluntários	27	751	1.184
		347.102	302.962
Custos dos serviços prestados	28		
Pessoal		(160.944)	(135.799)
Prestadores de serviços		(95.821)	(81.922)
Materiais e medicamentos		(52.262)	(47.238)
Gerais		(14.961)	(12.539)
		(323.988)	(277.498)
Superávit bruto		23.114	25.464
Receitas (despesas) operacionais	29		
Despesas com pessoal		(10.103)	(7.830)
Despesas com prestadores de serviços		(2.404)	(3.235)
Gerais e administrativas		(21.575)	(16.612)
Depreciação e amortização		(7.501)	(5.293)
Despesas com serviços voluntários	27	(751)	(1.184)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		9.210	11.745
		(33.124)	(22.409)
(Déficit)/superávit antes do resultado financeiro		(10.010)	3.055
Resultado financeiro	30		
Receitas financeiras		5.450	5.774
Despesas financeiras		(3.257)	(2.491)
		2.193	3.283
(Déficit)/superávit líquido do exercício		(7.817)	6.338
Benefício fiscal usufruído	31	80.672	70.317

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

LIGA ÁLVARO CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
(Déficit)/superávit líquido do exercício	(7.817)	6.338
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	<u>(7.817)</u>	<u>6.338</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

LIGA ÁLVARO CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Fundo patrimonial	Déficit/Superávit acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	36.575	7.441	44.016
Superávit do exercício	-	6.338	6.338
Incorporação ao patrimônio social	7.441	(7.441)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	44.016	6.338	50.354
Déficit do exercício	-	(7.817)	(7.817)
Incorporação ao patrimônio social	6.338	(6.338)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	50.354	(7.817)	42.537

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

LIGA ÁLVARO CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Déficit)/superávit líquido do exercício		(7.817)	6.338
Ajustado por			
Depreciação e amortização	12 e 13	7.501	5.293
Apropriação de receitas de subvenções realizadas	12	(3.280)	(2.474)
Valor residual líquido do ativo imobilizado baixado	12	5	1.562
Valor residual líquido do ativo intangível baixado	13	409	1.440
Ajustes do imobilizado	12	-	(3.919)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	7	91	270
Provisão (reversão) para perdas em processos judiciais	24	4.199	5.784
Juros sobre empréstimos	14	2.797	1.499
Juros sobre contratos de concessão	21	47	5
		3.952	15.798
Aumento/(diminuição) das contas de ativo e passivo			
Contas a receber		7.976	(36.007)
Outros créditos		(413)	(280)
Estoques		1.576	(4.778)
Depósitos e bloqueios judiciais		(535)	(220)
Fornecedores e prestadores de serviços		589	4.064
Obrigações sociais e trabalhistas		4.644	4.378
Obrigações tributárias		22	315
Convênios com o poder publico		(621)	(144)
Bens de terceiros		(328)	-
Contratos de gestão		(16.759)	8.960
Contratos de concessão pública	21	(58)	(799)
Contingências		(1.288)	(490)
Outras contas a pagar		(1.742)	2.996
		(2.985)	(6.207)
Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras		2.089	5.408
Aquisição do imobilizado	12	(608)	(3.873)
Aquisição do intangível	13	(3.489)	(5.152)
		(2.008)	(3.617)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos			
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Ingresso de novos empréstimos	14	5.000	8.994
Amortização de empréstimos	14	(2.239)	(1.175)
Atualização monetária		-	-
Juros pago de empréstimos	14	(2.797)	(1.499)
Convênios com o poder publico - Caixa restrito		(2.629)	4.982
		(2.665)	11.302
Caixa líquido (aplicado nas)/gerado pelas atividades de financiamentos			
		(7.658)	1.478
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalente de caixa			
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		52.345	50.867
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		44.687	52.345
		(7.658)	1.478
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalente de caixa			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil (“Entidade”) é uma associação de direito privado sem fins lucrativos, de utilidade pública e caráter beneficente, proprietária e mantenedora do Hospital Martagão Gesteira e de 4 (quatro) outras filiais: Transformar, Instituto de Ensino da Saúde e Gestão, Sokids e Crescer. Constituída em 17 de junho de 1923, sediada na Rua José Duarte, nº 114, Tororó, Cidade de Salvador, estado da Bahia, tendo como objetivo a gestão de unidade de saúde própria ou de terceiros, a prevenção de enfermidades, a promoção e a assistência integral da saúde da mãe e da criança, mediante ações nas áreas de saúde, assistência social, educação, ciência e cultura, no Hospital Martagão Gesteira e em outros locais, estabelecimentos ou unidades, próprios ou de terceiros.

A Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil para cumprir com seus objetivos deverá:

- a) Executar ações de prevenção de enfermidades e promoção da saúde da mãe e da criança no contexto familiar, nos âmbitos médico e social;
- b) Prestar assistência médica e hospitalar integral à saúde da mãe e da criança, com acompanhamento multidisciplinar, extensível aos doadores de órgãos, nos casos de transplantes;
- c) Promover e participar efetivamente, com todos os meios ao seu alcance, de ações que visem à redução da mortalidade e morbidade materna e infantil;
- d) Divulgar, mediante publicações próprias ou de terceiros, pela mídia em geral e por outros meios disponíveis, os ensinamentos de pediatria e puericultura, bem como as ações necessárias à preservação da saúde da criança no contexto familiar;
- e) Atuar, junto aos Poderes Públicos, às entidades da sociedade civil e ao público em geral, visando à execução de medidas de proteção à saúde da criança e de combate à mortalidade e morbidade materna e infantil, inclusive mediante ações de mediação e assessoramento;
- f) Atuar, junto aos Poderes Públicos, às entidades da sociedade civil e ao público em geral, a fim de obter doações, auxílios, subvenções e convênios, visando sempre à manutenção e ampliação das suas atividades, com melhoria dos recursos físicos e humanos, criação de novos serviços e modernização dos já existentes;
- g) Fazer funcionar e administrar, em instalações próprias ou de terceiros, estabelecimentos ambulatoriais e hospitalares equipados para a prevenção e tratamento das enfermidades gestacionais e pediátricas, clínicas e cirúrgicas, para tratamento de defeitos e más-formações, congênitas ou adquiridas, bem como para prática e divulgação da puericultura;
- h) Desenvolver ensino e pesquisa, atividades didáticas e científicas, inclusive mediante cursos, palestras, simpósios, conferências e instituição de bolsas de estudo, visando ao aperfeiçoamento, especialização e qualificação de profissionais de saúde que atuem no cuidado à mãe e à criança ou de profissionais de administração médica e hospitalar;

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

- i) Celebrar convênios, consórcios e outros contratos com instituições públicas ou particulares, nacionais ou estrangeiras, bem como estabelecer intercâmbio com entidades congêneres, inclusive para prestar e receber assessoria visando à expansão e melhoria do cuidado à mãe e à criança no âmbito familiar;
- j) Promover e realizar ações comunitárias, artísticas, culturais ou desportivas, relacionadas a seus objetivos ou com a finalidade exclusiva de arrecadação de recursos para custeio e investimento em suas atividades-fim;
- k) Desenvolver, licenciar, distribuir ou vender produtos, bem como prestar serviços de qualquer natureza (a exemplo de lavanderia, estacionamento, atividades de bar e restaurante), sempre com a finalidade exclusiva de arrecadação de recursos para custeio e investimento em suas atividades-fim;
- l) Captar e gerir bens e recursos destinados a viabilizar o desenvolvimento das ações relacionadas ao objeto social, imediata e diretamente ou mediante a instituição, administração ou expansão de Fundo Patrimonial, vinculado às causas previstas no “caput” deste artigo e observado o quanto disposto neste Estatuto Social;
- m) Preservar a história, a memória e a missão dos seus fundadores.

A Entidade, por meio do Hospital Martagão Gesteira, prestou 100% do seu atendimento assistencial aos usuários do Sistema Único de Saúde - (“SUS”).

Em 4 de dezembro de 2019, a Entidade por meio de processo licitatório, iniciou um novo contrato por um período de 5 anos com o Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - SESAB, o contrato de prestação de serviço de gestão, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital Estadual da Criança (“HEC”) no município de Feira de Santana - BA. O contrato está no seu 7º termo aditivo com o valor mensal de R\$ 11.817, prorrogando a vigência por 12 meses.

Em 08 de novembro de 2021, foi assinado o 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 126/2016 firmado entre o Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - SESAB e a Liga Álvaro Bahia Contra Mortalidade Infantil. O objeto contratado refere-se à prestação de serviço de gestão, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde a serem executados no Centro de Referência Estadual de Transtornos do Espectro Autista - (“CRETEA”). O valor mensal estimado é de R\$ 301. A vigência inicial foi de 12 meses, renovada por mais 24 meses. Em novembro de 2022, o prazo do contrato foi finalizado e desde dezembro de 2022 até o momento, a unidade funciona de forma indenizatória para evitar a descontinuidade dos tratamentos até que seja realizada nova licitação.

Em 04 de junho de 2024, a Entidade iniciou o contrato de concessão pública, por um período de 10 anos, com o Município de Alagoinhas. O contrato de prestação de serviço de gestão, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital Materno Infantil de Alagoinhas (“HMIA”) no Município de Alagoinhas - BA. O valor mensal estimado é de R\$ 2.871.

Em 18 de julho de 2024, a Entidade iniciou o contrato de concessão pública, por um período de 10 anos, com o Município de Maringá. O contrato de prestação de serviço de gestão, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital da Criança de Maringá (“HCM”) no município de Maringá - PR. O valor mensal estimado é de R\$ 3.069. O contrato está no seu 4º termo aditivo com o valor mensal de R\$ 3.275, prorrogando a vigência por 12 meses.

Encerramento de unidades

Em 31 de março de 2025, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade, pela não prorrogação do contrato celebrado com a Prefeitura Municipal de Alagoinhas, referente à execução de ações e serviços de saúde no âmbito do SUS no Hospital Materno-Infantil de Alagoinhas, autorizando a Administração a proceder com a notificação do ente municipal e a conduzir o processo de desmobilização com a mitigação de impactos operacionais, financeiros e sociais.

Posteriormente, em 04 de agosto de 2025, o Conselho de Administração deliberou, também por unanimidade, pelo encerramento das operações das unidades SOKIDS e Transformar, com a adoção de todas as medidas necessárias à sua adequada desmobilização.

O encerramento das operações ocorreu de forma planejada, contemplando:

- Cumprimento das obrigações trabalhistas, incluindo rescisões contratuais e encargos incidentes;
- Liquidação de obrigações com fornecedores e prestadores de serviços;
- Baixa de ativos imobilizados e demais saldos patrimoniais vinculados às respectivas unidades.

Os impactos contábeis decorrentes do encerramento foram reconhecidos no resultado do exercício, incluindo provisões para contingências, baixas de ativos e eventuais ajustes necessários à adequada representação patrimonial e financeira da Entidade.

A Administração declara que todas as medidas necessárias foram adotadas para assegurar a adequada conclusão das atividades, não remanescendo, até a presente data, obrigações relevantes não registradas relacionadas às unidades encerradas, exceto aquelas devidamente provisionadas nas demonstrações contábeis.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as orientações específicas determinadas na norma ITG 2002 (R1) - Entidade Sem Finalidade de Lucros e as orientações específicas determinadas pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, e determinações especiais oriundas do Ministério da Saúde por meio da Portaria nº 1.970, de 16 de agosto de 2011.

As políticas contábeis materiais adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Entidade em 02 de junho de 2026.

2.2. Continuidade operacional

Os conselheiros têm, na data de aprovação das demonstrações contábeis, expectativa razoável de que a Entidade possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, a Entidade aplicou a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações contábeis.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas em milhares de Reais (R\$), moeda funcional e de apresentação, exceto quando indicado outra forma.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Entidade exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis da Entidade. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Entidade adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- a) Nota Explicativa nº 07: Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa;
- b) Notas Explicativas nº 12 e nº 13: Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível, respectivamente;
- c) Nota Explicativa nº 23: Mensuração de provisões para rescisões trabalhistas relacionadas aos Contratos de Gestão;
- d) Nota Explicativa nº 24: Mensuração de provisões para riscos em perdas com processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

No entendimento da Administração da Entidade, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

3. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados contabilmente possuem valores de mercado que não diferem de forma significativa dos valores contabilizados, considerando-se a taxa de juros correntes para operações similares e de vencimentos compatíveis.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação/mensuração para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A Entidade classifica seus ativos financeiros sob a categoria de custo amortizado e valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Passivos financeiros

O CPC 48 contém duas principais categorias de classificação/mensuração para passivos financeiros: mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. A Entidade classifica seu passivo financeiro sob a categoria custo amortizado. Os passivos financeiros são apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, e/ou, quando transferir os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

Valor recuperável ("impairment") de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Entidade avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Entidade para determinar se há evidência objetiva de uma perda por "impairment" incluem:

- a) Dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador;
- b) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal;
- c) Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira;
- d) Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

São recursos financeiros que possuem liquidez imediata, e estão apresentados ao seu valor de mercado processados obedecendo aos critérios do regime de competência, refletindo assim a real situação econômico-financeira e patrimonial da Entidade. Todas as aplicações financeiras são mantidas até o vencimento e é mensurada pelo custo de aquisição acrescido por juros, correção monetária, deduzidas por perdas do valor recuperável, quando aplicável, incorridos até a data das demonstrações contábeis.

Os saldos sem restrições são recursos a serem utilizados na manutenção da Entidade e não possuem restrições para sua utilização.

Os saldos com restrições são recursos com restrição de movimentação, pois sua utilização está vinculada aos convênios e contratos mantidos com terceiros ou necessita de deliberação dos gestores responsáveis para sua destinação ou utilização.

3.4. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes de contratos e convênios pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Entidade, reconhecido por meio do regime de competência. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor faturado ou contratado, ajustado pela provisão para perda se necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Entidade), os créditos a receber são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

3.5. Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

As Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) do Contas a receber são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Entidade como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

As despesas com a constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa" são revertidos contra a perda constituída.

3.6. Estoques

É composto de medicamentos e materiais hospitalares. Seus registros são efetuados na data do fato contábil pelo valor histórico. A apuração do custo se dá pelo critério de custo médio ponderado.

3.7. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição, deduzidos de suas correspondentes depreciações acumuladas e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável. Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 1995. Está representado pelo valor de custo e deduzido da depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear cujas taxas aplicadas variam de 5 a 25% a.a., e leva em consideração a vida útil-econômica dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela legislação tributária brasileira.

3.8. Intangível

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e deduzido da amortização. A amortização é calculada pelo método linear, cuja taxa aplicada é de 20% a.a., segundo parâmetros estabelecidos pela legislação tributária brasileira; aquisição de carteira de clientes: não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação dos ativos intangíveis de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

3.9. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.10. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente a valor justo no recebimento dos recursos. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). A despesa de juros é reconhecida com base no método de juros efetivos e incluída em despesas financeiras, no resultado do período apropriado.

3.11. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.12. Contrato de Gestão

Os resultados obtidos na gestão dos Contratos de Gestão são reclassificados da receita para o passivo não circulante como uma obrigação de execução futura de modo a garantir o equilíbrio econômico do contrato durante o seu período de vigência.

3.13. Contrato de Concessão Pública

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operando e mantendo essa infraestrutura durante determinado prazo. As construções e melhorias de infraestrutura efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de uso desta infraestrutura para prestação de serviço. Para o reconhecimento do ativo intangível, de acordo com a orientação técnica OCPC 05 - item 38, nos contratos de concessão consideram-se bens vinculados à concessão aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.

Para os bens não vinculados à concessão, a orientação técnica OCPC 05 - item 40, descreve que esses ativos devem ser classificados no ativo imobilizado e que sejam aplicados os critérios de avaliação do pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado.

O Contrato de Concessão com o Hospital da Criança de Maringá e Hospital Materno Infantil de Alagoinhas são contratos de concessão que deve aplicar as normas contábeis de contratos de concessão, a ICPC 01 (Itens 3 e 5) e a OCPC 05 (Itens 2 e 38).

Os resultados obtidos na gestão dos Contratos de Concessão são incorporados ao Patrimônio Social da Entidade.

3.14. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

3.15. Apuração do resultado

O sistema de resultado reconhece as receitas, os custos e as despesas apropriados de acordo com o regime de competência, adotando critérios adequados aos Princípios Contábeis; Estatuto Social, Lei nº 11.638/07; e, Normas Fiscais e Tributárias.

3.16. Receitas do segmento de saúde, Contratos de Gestão e Concessão Pública

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço no curso normal das atividades da Entidade. Conforme o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, a Entidade avalia o atendimento de determinados critérios estabelecidos nesse pronunciamento para avaliar se o reconhecimento da receita deve ocorrer em um momento específico ou ao longo do tempo, quando a Entidade satisfizer às obrigações de desempenho.

As unidades de negócio HEC e CRETEA operam por meio de Contrato de Gestão, portanto não geram resultado para a Entidade. Dessa forma, o superávit ou déficit destes contratos são reclassificados temporariamente para contas do passivo ou ativo não circulante respectivamente no grupo de contas de Contrato de Gestão.

As unidades de negócio HMIA e HCM operam por meio de Contrato de Concessão Pública, portanto geram resultado para a Entidade. Dessa forma, o superávit ou déficit destes contratos são incorporados ao Patrimônio Social da Entidade.

3.17. Receitas de convênios

São alocadas as receitas auferidas com convênios, subvenções e auxílios financeiros realizados com entidades de direito privado e público. À medida que a Entidade incorre em custos e aplicam em investimentos os valores são apropriados à receita de convênios. Após a divulgação do CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, a Entidade, por analogia, passou a constituir provisão para retificação de seu ativo imobilizado no montante dos recursos recebidos dessas doações e subvenções. Também considera as receitas oriundas dos contratos firmados com a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, para gestão de hospitais públicos do Estado. São reconhecidas pelo seu valor justo, apurado de acordo com os valores fixados em contrato e cumprimentos das metas estabelecidas apuradas na prestação de contas mensal.

3.18. Receitas de doações

Correspondem a doações de materiais, medicamentos, bens e recursos monetários recebidas de pessoas físicas e jurídicas que são alocadas as receitas com doações, as quais são registradas quando do efetivo recebimento.

5.19. Despesas

As despesas são registradas no resultado quando incorridas obedecendo ao regime de competência. As despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de "Despesas financeiras".

3.20. Tributação

A Entidade é imune do Imposto de Renda e da Contribuição Social por ser uma entidade de assistência social sem fins econômicos ou lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída e põe à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado (Lei nº 9.532/97, artigo 12). Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, artigo 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, artigo 10). As entidades consideradas isentas pela finalidade ou objeto deverão atender aos seguintes requisitos (Lei nº 9.532/97, artigo 12, § 2º, Lei nº 9.718/98, artigo 10, § 3º e 18, IV):

- a) Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de associações, fundações ou organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva e desde que cumpridos os requisitos previstos nos artigos 3º e 16 da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da Entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015);
- b) Aplicar integralmente no país os seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos sociais;
- c) Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- e) Apresentar, anualmente, declaração de informações (SPED) Sistema Público de Escrituração Digital, em conformidade com o disposto em ato da Receita Federal do Brasil;
- f) Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem como cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;

- g) Assegurar à destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público;
- h) Outros requisitos relacionados com o funcionamento dessas entidades, determinados em lei específica.

3.21. Demonstrações do fluxo de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBCT 3.8 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC). A Entidade apresenta os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como parte das atividades de financiamento.

3.22. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

- a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

A IAS 21/CPC 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática.

Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante.

As alterações incluem principalmente o seguinte:

- Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é;
- Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra;
- Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra;
- Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível;
- Exemplos ilustrativos; e

- Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada.

As alterações à IAS 21/CPC 02 (R2) não acarretam impactos para a Entidade, por duas razões principais:

- A Entidade não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão de demonstrações contábeis; e
- A Entidade não possui fluxos financeiros e nem transações em moedas estrangeiras.

As revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Entidade, não havendo impactos nas demonstrações contábeis ou nos procedimentos internos.

3.23. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

Para as seguintes normas ou alterações a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Entidade, a saber:

- a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis.
A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Contábeis (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações contábeis consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

Atualmente, a Entidade está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Em relação às alterações da IFRS 19, a Entidade espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. Impactos da reforma tributária

Reforma tributária do consumo (LC nº 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

A imunidade relativa a patrimônio, receitas vinculadas às finalidades essenciais das entidades (COFINS) e IRPJ/CSLL sobre seu resultado (superávit), incluindo entidades beneficentes e templos de qualquer culto, foi mantida pela EC 132/2023 (OSCIPs ou Organização Social). Todavia, a imunidade não abrange, em regra, atividades econômicas/acessórias não vinculadas diretamente às finalidades essenciais, as quais podem se sujeitar a IBS e CBS sob a LC 214/2025. Conseqüentemente, as organizações sem fins lucrativos que não se enquadram na regra de exclusão ficam sujeitas à tributação em situações antes abrangidas por isenções, em alíquota correspondente a 10% (dez por cento) da alíquota do sistema padrão de tributação de cada tributo, a depender do tributo em questão.

Tal fato traz a necessidade de identificação e segregação das atividades essenciais (imunes) das atividades não essenciais (tributáveis). Nesse contexto, receitas provenientes de eventos pagos, venda de produtos, serviços cobrados ou outras atividades acessórias estarão sujeitas a IBS e CBS sob a LC nº 214/2025.

A Entidade cumpre com as obrigações acessórias para registro de suas receitas imunes e/ou tributadas.

Desta forma, a Entidade espera impactos nos seus resultados futuros em relação as atividades de natureza não essencial.

5. Reapresentação das demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

A Entidade identificou a necessidade de promover reclassificações nas notas explicativas nº 28 e 29 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, com o objetivo de assegurar a adequada apresentação dos saldos relacionados a custos com pessoal e encargos, bem como às despesas com pessoal e encargos. Dessa forma, procedeu-se à reclassificação dos referidos saldos em conformidade com a orientação estabelecida pela Interpretação Técnica Geral 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

As modificações registradas produziram os seguintes impactos nas demonstrações contábeis da Entidade em relação aos valores anteriormente apresentados:

	<u>Publicado</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Reapresentado</u>
<u>Custos com pessoal e encargos</u>			
Remunerações	(86.060)	(17.632)	(103.692)
Provisão de Férias e 13º Salário	(14.478)	(3.676)	(18.154)
Encargos Sociais (FGTS)	(9.062)	(628)	(9.690)
Benefícios Sociais (Alimentação e Transporte)	(41)	-	(41)
Benefícios sociais	-	(1.500)	(1.500)
Bolsas de Estagiários	(221)	41	(180)
Rescisões Trabalhistas	(2.552)	10	(2.542)
Subtotal	<u>(112.414)</u>	<u>(23.385)</u>	<u>(135.799)</u>
<u>Despesas com pessoal e encargos</u>			
Remunerações	(22.920)	17.632	(5.288)
Provisão de férias e 13º salário	(4.817)	3.676	(1.141)
Encargos sociais (FGTS)	(1.258)	627	(631)
Benefícios sociais	(2.156)	1.501	(655)
Bolsas de estágios	(53)	(41)	(94)
Rescisões trabalhistas	(11)	(10)	(21)
Subtotal	<u>(31.215)</u>	<u>23.385</u>	<u>(7.830)</u>
Total	<u><u>(143.629)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(143.629)</u></u>

DRE Reapresentada:

	<u>Publicado</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Reapresentado</u>
Receitas operacionais	302.962	-	302.962
Custos dos serviços prestados	(254.113)	(23.385)	(277.498)
Superávit Bruto	48.849	(23.385)	25.464
Receitas (despesas) operacionais	(45.794)	23.385	(22.409)
Superávit antes do resultado financeiro	3.055	-	3.055
Resultado financeiro	3.283	-	3.283
Superávit líquido do exercício	<u><u>6.338</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>6.338</u></u>

Adicionalmente, destaca-se que tal adequação foi realizada por solicitação da Administração, visando aprimorar a apresentação e a transparência das informações relativas aos gastos com pessoal nas demonstrações contábeis.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

6. Caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito e aplicações financeiras

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Recursos sem restrição		
Caixa e bancos	6.968	3.993
Aplicações financeiras	<u>16.145</u>	<u>13.698</u>
	23.113	17.691
Recursos com restrição		
Caixa e bancos	666	70
Aplicações financeiras	<u>35.660</u>	<u>48.796</u>
	36.326	48.866
	<u>59.439</u>	<u>66.557</u>
Circulante	44.687	52.345
Não circulante	14.752	14.212

Recursos sem restrição

São recursos livres em dinheiro em caixa, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata mantidas em instituições financeiras de primeira linha. Os recursos considerados no longo prazo possuem política a concentração em títulos públicos e debêntures de grandes empresas, observando os limites do fundo garantidor de crédito.

Recursos com restrição

São recursos restritos em fundos de contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata, vinculados aos convênios e contratos mantidos com terceiros.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são realizadas em instituições de primeira linha e referem-se, em sua maioria, a aplicações em CDB/RDB, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados com base nas taxas estabelecidas nos contratos com as instituições financeiras.

As aplicações financeiras são oriundas de recursos provenientes das operações e poderão ter seus valores destinados a reinvestimentos para melhoria das instalações físicas e dos serviços realizados pela Entidade.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

7. Contas a receber

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
SESAB		
Contrato de Gestão - HEC	36.775	37.107
UTD/PAVD	2.586	2.692
Cardiologia	957	1.109
Contrato de Gestão - CRETEA	920	733
Leitos de retaguarda	813	984
Leitos de UTI Neonatal	838	777
Portarias - SESAB	478	-
Neuropediatria	173	95
Transplante TMO	52	34
Cirurgias FAEC	38	32
Spinraza	21	-
CIDOHTT	-	12
	<u>43.651</u>	<u>43.575</u>
SMS		
Município de Maringá - PR	5.827	3.376
Pré Fixado - Salvador BA	4.868	9.830
Pós Fixado - Salvador BA	3.485	5.711
Município de Alagoinhas - BA	3.416	6.027
Portarias - SMS	509	-
	<u>18.105</u>	<u>24.944</u>
Glosas recuperáveis		
SESAB	656	-
SMS	1.067	-
	<u>1.723</u>	<u>-</u>
Outros		
Convênios diversos	795	699
Recebíveis de ensino	279	235
	<u>1.074</u>	<u>934</u>
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação		
Duvidosa		
(-) PECLD	(179)	(270)
	<u>(179)</u>	<u>(270)</u>
	<u>64.374</u>	<u>69.183</u>
Circulante	47.947	56.014
Não circulante	16.427	13.169

As principais unidades da LABCMI operam com recursos 100% oriundos do SUS repassados por meio do Estados e Prefeituras. Estes recursos são repassados com um prazo médio de 60 dias após avaliação de produção sem histórico de inadimplência por parte dos órgãos governamentais. A unidades SOKIDS, HCM e Transformar são as únicas que operam com prestação de serviços privados por meio das operadoras de saúde com prazos médios de recebimento de 45 dias e pagamentos diretos por pessoa física.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

A PECLD foi estimada a partir de títulos em aberto com prazo superior a 180 dias que se encontram em cobrança administrativa.

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	2025	%	2024	%
A vencer	42.667	66	36.248	52
Vencidos de 1 a 30 dias	4.649	7	18.565	27
Vencidos de 31 a 60 dias	254	-	802	1
Vencidos de 61 a 90 dias	303	-	31	-
Vencidos de 91 a 120 dias	943	1	13.169	19
Vencidos de 121 a 180 dias	-	-	-	-
Vencidos de 181 a 360 dias	2.311	4	368	1
Vencidos a mais de 361 dias	13.247	21	-	-
	<u>64.374</u>	<u>100</u>	<u>69.183</u>	<u>100</u>

Movimentação da PECLD

	2025	2024
Saldos iniciais em 1º de janeiro	(270)	-
(+) Provisão	(246)	(270)
(-) Reversão	337	-
Saldos finais em 31 de dezembro	<u>(179)</u>	<u>(270)</u>

A provisão, constituída em 31 de dezembro de 2025, foi sobre faturamento da SOKIDS, HMIA, HCM, Transformar e IESG que a Administração entende que não são passíveis de recuperação.

8. Outros créditos

	2025	2024
Adiantamento a fornecedores	827	749
Precatórios a receber	838	-
Adiantamento de férias	341	461
Ressarcimento - Outorga (HCM)	232	-
Impostos a recuperar	-	771
Outros	274	118
	<u>2.512</u>	<u>2.099</u>
Circulante	1.269	1.228
Não circulante	1.243	871

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

9. Estoques

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Medicamentos	5.919	5.990
Material médico	1.997	2.703
OPME	655	708
Material de manutenção hospitalar	405	591
Material consignado	553	582
Material de Engenharia Clínica	433	567
Outros	1.564	1.961
	<u>11.526</u>	<u>13.102</u>

Os estoques correspondem a medicamentos, material hospitalar e material de suprimento, cuja valorização é feita com base no custo médio de aquisição, não superando o valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

10. Depósitos e bloqueios judiciais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Junta de Conciliação 2	1.259	912
Outros	295	107
	<u>1.554</u>	<u>1.019</u>

Em março de 2016, a Entidade aderiu ao procedimento global de acordo da Junta de Conciliação 2 - JC2 do Tribunal Regional do Trabalho - 5ª Região. Este acordo estabelece depósitos mensais em conta específica do TRT5 - JC2 para pagamento de acordos firmados na justiça do trabalho que ficam sob a gestão do TRT5 - JC2.

Movimentação de depósitos e bloqueios judiciais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldos iniciais em 1º de janeiro	1.019	799
(+) Provisão	2.422	761
(+) Atualização	-	18
(-) Liquidação	(1.887)	(559)
Saldos finais em 31 de dezembro	<u>1.554</u>	<u>1.019</u>

11. Ativo não circulante classificado como mantido para venda

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Terreno	3.623	-
	<u>3.623</u>	<u>-</u>

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

No exercício de 2025, a Administração deliberou pela descontinuidade da atividade operacional da unidade Sokids. Diante disso, foi aprovado, em ata datada de 30 de junho de 2025, a alienação do terreno no mercado imobiliário.

Em decorrência dessa decisão, e atendendo aos critérios estabelecidos pelas normas contábeis, o referido terreno foi reclassificado do, uma vez que:

- Houve aprovação formal do plano de venda pela Administração;
- O ativo encontra-se disponível para venda imediata em suas condições atuais;
- A alienação é considerada altamente provável de ocorrer.

Até a data de encerramento das demonstrações contábeis, o imóvel encontra-se devidamente disponibilizado para negociação junto ao mercado imobiliário, não havendo, até o momento, conclusão do processo de alienação.

12. Imobilizado

	Taxa	2025	2024
Imobilizado - LABCMI			
Edificações	5%	12.288	12.288
Terrenos	-	9.917	12.810
Aparelhos e equipamentos hospitalares	10%	38.508	32.188
Computadores e periféricos	20%	4.308	4.111
Móveis e utensílios	20%	2.833	2.598
Máquinas e equipamentos	10%	6.219	5.591
Instalações	5%	3.973	3.973
Veículos	20%	478	411
Veículo HMG/SESAB	-	194	194
		<u>78.718</u>	<u>74.164</u>
Bens Cessão de Uso - GACC			
Aparelhos e equipamentos hospitalares	10%	-	39
		-	<u>39</u>
Bens Cessão de Uso - CRETEA			
Computadores e periféricos	10%	-	1
Móveis e utensílios	10%	-	83
Máquinas e equipamentos	10%	-	240
		-	<u>324</u>
Depreciação Acumulada			
Depreciação Acumulada		(24.972)	(18.933)
		<u>(24.972)</u>	<u>(18.933)</u>
Subvenções não realizadas			
Subvenções não realizadas		(24.902)	(20.964)
		<u>(24.902)</u>	<u>(20.964)</u>
		<u>28.844</u>	<u>34.630</u>

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

A movimentação do ativo imobilizado, referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontra-se apresentada a seguir:

Descrição	Saldos em 31/12/2024	Adição	Baixa	Transferências	Apropriação de receita	Saldos em 31/12/2025
Edificações	12.288	-	-	-	-	12.288
Terrenos (i)	12.810	730	-	(3.623)	-	9.917
Aparelhos e equipamentos hospitalares	32.188	6.292	(11)	39	-	38.508
Computadores e periféricos	4.111	196	-	1	-	4.308
Móveis e utensílios	2.598	152	-	83	-	2.833
Máquinas e equipamentos	5.591	388	-	240	-	6.219
Instalações	3.973	-	-	-	-	3.973
Veículos	411	68	(1)	-	-	478
Veículo HMG/SESAB	194	-	-	-	-	194
Aparelhos e equipamentos hospitalares - GACC	39	-	-	(39)	-	-
Computadores e periféricos - CRETEA	1	-	-	(1)	-	-
Móveis e utensílios - CRETEA	83	-	-	(83)	-	-
Máquinas e equipamentos - CRETEA	240	-	-	(240)	-	-
Depreciação Acumulada	(18.933)	(6.046)	7	-	-	(24.972)
Total do imobilizado (a)	55.594	1.780	(5)	(3.623)	-	53.746
Subvenções não realizadas	20.964	7.218	-	-	(3.280)	24.902
Total de subvenções não realizadas (b)	20.964	7.218	-	-	(3.280)	24.902
Total (a - b)	34.630	(5.438)	(5)	(3.623)	3.280	28.844

- (i) O saldo referente ao terreno da SOKIDS no montante de R\$ 3.623 foi reclassificado para ativo não circulante disponível para venda, vide nota explicativa 11.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

Descrição	Saldos em 31/12/2023	Adição	Baixa	Transferências	Ajustes	Apropriação de receita	Saldos em 31/12/2024
Edificações	12.760	-	-	-	(472)	-	12.288
Terrenos	12.810	-	-	-	-	-	12.810
Aparelhos e equipamentos hospitalares	18.622	11.692	(671)	-	2.545	-	32.188
Computadores e periféricos	3.937	629	-	-	(455)	-	4.111
Móveis e utensílios	3.044	951	(358)	-	(1.039)	-	2.598
Máquinas e equipamentos	7.271	1.459	(407)	-	(2.732)	-	5.591
Instalações	2.530	-	-	1.443	-	-	3.973
Veículos	418	384	(179)	-	(212)	-	411
Veículo HMG/SESAB	194	-	-	-	-	-	194
Aparelhos e equipamentos hospitalares - GACC	39	-	-	-	-	-	39
Obras em andamento	1.443	-	-	(1.443)	-	-	-
Computadores e periféricos - CRETEA	1	-	-	-	-	-	1
Móveis e utensílios - CRETEA	83	-	-	-	-	-	83
Máquinas e equipamentos - CRETEA	233	7	-	-	-	-	240
Depreciação Acumulada	(22.120)	(4.918)	53	-	8.052	-	(18.933)
Total do imobilizado (a)	41.265	10.204	(1.562)	-	5.687	-	55.594
Subvenções não realizadas	10.421	11.249	-	-	1.768	(2.474)	20.964
Total de subvenções não realizadas (b)	10.421	11.249	-	-	1.768	(2.474)	20.964
Total (a - b)	30.844	(1.045)	(1.562)	-	3.919	2.474	34.630

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

13. Intangível

	Taxa	2025	2024
Outorga Fixa	-	9.200	6.236
Bens reversíveis	-	-	3.611
Software	20%	1.452	1.388
Amortização acumulada	-	(1.482)	(432)
		<u>9.170</u>	<u>10.803</u>

Outorga fixa

O contrato de Concessão Pública firmado junto a Prefeitura de Maringá para utilização do HCM - Hospital da Criança de Maringá prevê o pagamento a título de Outorga de 40 parcelas trimestrais com valores originais fixos de R\$ 210.

Para apuração e reconhecimento do passivo e ativo de direito de outorga com base na obrigação de pagamentos foram descontados a taxa referencial de 10,63% a.a. Essa taxa referencial foi calculada com base na taxa real do empréstimo contratado junto à Caixa econômica em setembro de 2024.

Bens reversíveis

Consistiu em investimentos para adequação física das instalações e aquisição de equipamentos necessários para implantação e funcionamento do Hospital Materno Infantil de Alagoinhas. A LABCMI esperava recuperar estes investimentos pelo resultado da prestação dos serviços durante a vigência do contrato de concessão.

Em razão do encerramento das atividades operacionais do HMIA, ocorrido em 27 de junho de 2025, procedeu-se à reclassificação contábil do saldo de bens reversíveis, contemplando a retirada dos respectivos valores do ativo intangível e de suas amortizações acumuladas, com o reconhecimento dos efeitos contábeis correspondentes no contas a receber do exercício no montante residual de R\$ 3.258, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis ao setor e às normas vigentes.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

A seguir movimentação do ativo intangível referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Saldos em 31/12/2024	Adição	Baixa	Transferência	Saldos em 31/12/2025
Outorga Fixa	6.236	3.367	(403)	-	9.200
Bens reversíveis	3.611	52	-	(3.663)	-
Software	1.388	70	(6)	-	1.452
Amortização acumulada	(432)	(1.455)	-	405	(1.482)
	<u>10.803</u>	<u>2.034</u>	<u>(409)</u>	<u>(3.258)</u>	<u>9.170</u>
	Saldos em 31/12/2023	Adição	Baixa	Transferência	Saldos em 31/12/2024
Outorga Fixa	-	6.236	-	-	6.236
Bens reversíveis	-	3.611	-	-	3.611
Software	862	526	-	-	1.388
Fundo de Comércio	1.440	-	(1.440)	-	-
Amortização acumulada	(58)	(374)	-	-	(432)
	<u>2.244</u>	<u>9.999</u>	<u>(1.440)</u>	<u>-</u>	<u>10.803</u>

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

14. Empréstimos e financiamentos

	2025	2024
Caixa Econômica Federal	20.407	16.951
Santander S.A.	2.299	2.994
	<u>22.706</u>	<u>19.945</u>
Circulante	3.984	3.611
Não circulante	18.722	16.334

Caixa Econômica Federal

Em 10 de março de 2022, a Administração da Entidade firmou contrato de empréstimo, nº 0607819-55, com a Caixa Econômica Federal no montante de R\$ 13.305 a ser pago em 120 parcelas mensais com cessão de direitos creditícios junto ao Fundo Nacional de Saúde, com custo efetivo anual de 8,16% a.a. + TR (Taxa Referencial) e taxa de risco 3,0% a.a., pelo Sistema de Amortização Constante - SAC. Em 2023, o contrato sofreu incidência da TR o que gerou um montante de atualização monetária de R\$ 538 no contrato com a Caixa Econômica Federal.

Em 6 de setembro de 2024, a Administração da Entidade firmou contrato de empréstimo, nº 03.4248.610.0000029/50, com a Caixa Econômica Federal no montante de R\$ 6.000 a ser pago em 120 parcelas mensais com cessão de direitos creditícios junto ao Fundo Nacional de Saúde, com custo efetivo anual de 15,12% a.a. sistema Price.

Em 25 de junho de 2025, a Administração da Entidade firmou contrato de empréstimo, nº 03.4248.610.0000039/22, com a Caixa Econômica Federal no montante de R\$ 5.000 a ser pago em 120 parcelas mensais com Cessão Fiduciária de Depósitos/Aplicação Financeira, com custo efetivo anual de 17,10% a.a. sistema Price.

Santander S.A.

Em 4 de outubro de 2024, a Administração da Entidade firmou contrato de empréstimo, nº 00333041300000033780, com o Santander S.A. no montante de R\$ 3.000 a ser pago em 36 parcelas mensais com cessão de direitos creditícios junto ao Fundo Nacional de Saúde, com custo efetivo anual de 15,66% a.a. e pelo sistema Price.

Cronograma de vencimento da dívida - não circulante

As parcelas classificadas no passivo têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	Saldos
2027	4.988
2028	3.869
2029	3.961
2030	4.062
2031 em diante	1.842
	<u>18.722</u>

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

Demonstramos, a seguir, a movimentação dos empréstimos e financiamentos referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Saldos em 31/12/2024	Adição	Amortização	Atualização / Juros	Amortização dos juros	Saldos em 31/12/2025
Caixa Econômica Federal	16.951	5.000	(1.544)	2.381	(2.381)	20.407
Santander	2.994	-	(695)	416	(416)	2.299
Total	<u>19.945</u>	<u>5.000</u>	<u>(2.239)</u>	<u>2.797</u>	<u>(2.797)</u>	<u>22.706</u>
	Saldos em 31/12/2023	Adição	Amortização	Atualização / Juros	Amortização dos juros	Saldos em 31/12/2024
Caixa Econômica Federal	12.126	6.000	(1.175)	1.425	(1.425)	16.951
Santander	-	2.994	-	74	(74)	2.994
Total	<u>12.126</u>	<u>8.994</u>	<u>(1.175)</u>	<u>1.499</u>	<u>(1.499)</u>	<u>19.945</u>

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

15. Fornecedores

	2025	2024
Medicicor Comercial Ltda	548	406
TD Synnex Brasil Ltda	484	-
Laboratório B. Braun	178	193
PSH - Produtos e Serviços Hospitalares Ltda	151	133
Supermed Comercio e Importação de Produtos Médicos e Hospitalares Ltda	141	108
Abiocon Comercial	134	209
Sulmedic Comercio de Medic Eireli	133	206
Elfa Medicamentos Ltda	72	148
CM Hospitalar S.A.	60	193
Panmedica Negócios Hospitalares Ltda	-	396
Copel Distribuição S. A	-	104
Outros	3.687	2.317
	<u>5.588</u>	<u>4.413</u>

Os fornecedores de mercadorias representam as aquisições de materiais de consumo em geral e produtos hospitalares que são utilizados pela Entidade e estão registrados pelo seu custo de aquisição.

16. Prestadores de serviços

	2025	2024
Carteira médica (a)	8.297	9.644
Serviços médicos (b)	1.743	648
Serviços gerais (c)	1.218	1.552
	<u>11.258</u>	<u>11.844</u>

- a) Corresponde ao reconhecimento da produção médica por regime de competência;
- b) Refere-se à conversão do provisionamento da carteira médica em obrigações a pagar por meio da emissão de notas fiscais dos prestadores de serviços médicos;
- c) Abrange todos os demais prestadores de serviços que não estão ligados à produção médica.

17. Obrigações sociais e trabalhistas

	2025	2024
Provisão contrato de gestão	12.707	10.510
Provisão de férias + 1/3	10.856	9.391
Salários e ordenados a pagar	7.179	6.993
FGTS a recolher	1.652	1.231
INSS retido s/ folha a recolher	1.072	1.102
Outros	1.478	1.073
Total	<u>34.944</u>	<u>30.300</u>

Valores relacionados à folha de pagamento, provisões dos encargos sociais e indenizatórios dos Contratos de Gestão.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

18. Obrigações tributárias

	2025	2024
IRRF s/ Folha CLT	1.335	1.458
Parcelamentos Tributários	958	753
Outros	592	652
	<u>2.885</u>	<u>2.863</u>
Circulante	2.175	2.394
Não circulante	710	469

Demonstramos, a seguir, a segregação do saldo dos parcelamentos tributários referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025			2024		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
FGTS - GRDE (a)	-	276	276	6	225	231
IRRF (b)	34	25	59	38	61	99
CSRF (b)	86	64	150	97	156	253
RFB Lei 11.941/09 (c)	-	-	-	2	-	2
PGFN - 1734/2012 (d)	-	-	-	18	-	18
Parcelamento ECF (e)	23	-	23	117	-	117
PIS folha 8301/2011 (f)	-	-	-	-	17	17
PGFN - N° 9072624 (g)	5	4	9	6	10	16
PGFN - N° 12921992 (h)	100	341	441	-	-	-
	<u>248</u>	<u>710</u>	<u>958</u>	<u>284</u>	<u>469</u>	<u>753</u>

- Refere-se ao parcelamento de FGTS não depositado de períodos anteriores a 2010, dividido em dois parcelamentos, sendo o primeiro sob o número 2008001783 com prazo final em 28/07/2025, liquidado no exercício de 2025, e o segundo sob número 2008001786 com prazo final em 30/09/2027, restando 19 parcelas;
- Refere-se ao parcelamento do Imposto de Renda ("IR") e da Contribuição Social ("CS") em aberto do período de 1999 a 2007, sobre os valores retidos de cooperativas e pessoa física. Foram parcelados os montantes de R\$ 275 e R\$ 694 para IR e CS, respectivamente, em 240 parcelas cada, restando em aberto 21 parcelas;
- Refere-se a parcelamentos tributários no âmbito da Lei nº 11.941/09 de dívidas anteriores ao ano de 2009 em 180 parcelas, liquidado no exercício de 2024;
- Refere-se a parcelamentos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional de dívidas não previdenciárias, liquidado no exercício de 2025;
- Refere-se ao parcelamento de multa por entrega fora do prazo da Escrituração Contábil Fiscal do Exercício Fiscal de 2017, realizado em 19 de março de 2021, restando pendente 02 parcelas;
- Refere-se ao saldo do parcelamento de PIS sobre folha de pagamento que foi suspenso, conforme decisão da 12ª Vara Federal nº 28243-89.2014.4.01.3300, em 25 de agosto de 2014. Os recolhimentos foram efetuados até agosto de 2014, liquidado no exercício de 2025;
- Refere-se ao parcelamento de multa por descumprimento de obrigações acessórias legais de caráter trabalhista quanto a cotas e segurança do trabalho, realizado em 12 de dezembro de 2023, restando pendente 20 parcelas;
- Refere-se ao parcelamento de multa por descumprimento da cota de pessoas com deficiências, realizado em 03 de junho de 2025, restando pendente 53 parcelas.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

19. Convênios com o poder público

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Valores disponíveis em caixa para execução	<u>14.279</u>	<u>14.900</u>
	<u>14.279</u>	<u>14.900</u>
Circulante	1.872	5.122
Não circulante	12.407	9.778

Saldo composto pelos valores disponíveis em caixa para execução dos convênios.

Movimentação de convênios com o poder público

	<u>Recursos de Convênios</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15.044
Captação de Recursos	25.874
Execução de Recurso de Custeio	(26.018)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>14.900</u>
Captação de Recursos	15.987
Execução de Recurso de Custeio	(16.608)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>14.279</u>

20. Bens de terceiros

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Bens em comodato - GACC (a)	-	23
Bens em comodato (b)	-	111
Cessão de uso - SESAB (c)	-	194
	<u>-</u>	<u>328</u>

- a) Referem-se a bens cedidos pelo GACC - Grupo de Apoio a Criança com Câncer para utilização no Hospital Martagão Gesteira;
b) Referem-se a bens cedidos pela SESAB para utilização no CRETEA;
c) Refere-se a uma ambulância cedida pela SESAB para utilização no Hospital Martagão Gesteira.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

21. Contratos de concessão pública

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Hospital da Criança de Maringá	<u>4.416</u>	<u>4.427</u>
	<u>4.416</u>	<u>4.427</u>
Circulante	491	794
Não circulante	3.925	3.633

Em 18 de julho de 2024, a Administração da Entidade firmou contrato de concessão pública, nº 590/2024, com a Prefeitura Municipal de Maringá - PR com objeto de exploração do Hospital da Criança de Maringá com a vigência de 10 anos. Conforme cláusula oitava, a LABCMÍ possui a obrigação a cumprir no valor de R\$ 20.766 referente à outorga pelo uso da concessão e aos investimentos obrigatórios ao longo da vigência do contrato. A outorga deverá ser paga trimestralmente no valor de R\$ 210, atualizado pelo IPCA, perfazendo um total de R\$ 8.400. O saldo restante de R\$ 12.366 será destinado aos investimentos obrigatórios para funcionamento da unidade hospitalar, conforme cronograma de implantação.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

Demonstramos, a seguir, a movimentação dos contratos concessão pública referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Saldos em 31/12/2024	Adição	Amortização	Atualização / Juros	Saldos em 31/12/2025
Obrigações financeiras	7.601	799	(857)	-	7.543
(-) Juros a transcorrer	(3.174)	-	-	47	(3.127)
	<u>4.427</u>	<u>799</u>	<u>(857)</u>	<u>47</u>	<u>4.416</u>
	Saldos em 31/12/2023	Adição	Amortização	Atualização / Juros	Saldos em 31/12/2024
Obrigações financeiras	-	8.400	(799)	-	7.601
(-) Juros a transcorrer	-	(3.179)	-	5	(3.174)
	<u>-</u>	<u>5.221</u>	<u>(799)</u>	<u>5</u>	<u>4.427</u>

22. Outras contas a pagar

	2025	2024
Subvenções SESAB e judiciais	3.851	3.100
SESAU - Secretaria Municipal de Saúde de Alagoinhas	-	1.422
FESBA - Fundo Estadual de Saúde da Bahia	745	817
Compras consignadas/não padronizadas	683	578
Receita contrato folha - Santander	-	531
Provisão de fornecedores	85	297
Empréstimos de mercadorias	-	376
Outros	17	2
	<u>5.381</u>	<u>7.123</u>

Valores provisionados para pagamento em período futuro ou mesmo consignados na utilização da operação.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

23. Contratos de gestão

Neste grupo estão acumulados os valores repassados pela Secretaria de Saúde do Estado da Bahia e ainda não executados pela Entidade, decorrentes dos Contratos de Gestão firmados entre as partes. Estes resultados diferidos são reclassificados para o passivo e constituem uma obrigação de execução futura. A LABCOMI esteve na gestão de dois Contratos de Gestão no exercício de 2025 relacionados a unidades da SESAB - Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (CRETEA e HEC). Os recursos destes contratos são repassados e prestados contas mensalmente junto à SESAB para acompanhamento do cumprimento das metas operacionais e financeiras.

Demonstramos, a seguir, a movimentação dos contratos de gestão referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Saldos em 31/12/2023	Resultados diferidos	Outros	Saldos em 31/12/2024	Resultados diferidos	Saldos em 31/12/2025
CRETEA	2.954	(77)	(2.996)	(119)	(475)	(594)
HEC	23.478	12.033	-	35.511	(16.284)	19.227
	<u>26.432</u>	<u>11.956</u>	<u>(2.996)</u>	<u>35.392</u>	<u>(16.759)</u>	<u>18.633</u>

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

Centro de Referência Estadual para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista - CRETEA

Centro especializado no tratamento de crianças com transtorno do espectro autista localizado em Salvador/BA.

Segue demonstrativo de resultado comparativo dos exercícios de 2025 e 2024:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas operacionais		
Receitas de serviços	4.228	3.480
Receita com doação	112	-
	<u>4.340</u>	<u>3.480</u>
Custos e despesas operacionais		
Pessoal e encargos	(3.820)	(2.804)
Serviços de terceiros	(497)	(424)
Materiais e medicamentos	(19)	(20)
Gerais e administrativas	(462)	(343)
Financeiras, líquidas	2	58
Outras receitas (despesas) operacionais	(19)	(24)
	<u>(4.815)</u>	<u>(3.557)</u>
Resultado diferido	<u>(475)</u>	<u>(77)</u>

Hospital Estadual da Criança - HEC

Hospital de Grande porte do Governo do Estado voltado para atendimento materno infantil localizado em Feira de Santana/BA.

Segue demonstrativo de resultado comparativo dos exercícios de 2025 e 2024:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas operacionais		
Receitas de serviços	153.641	167.779
Receita com doação	51	95
	<u>153.692</u>	<u>167.874</u>
Custos e despesas operacionais		
Pessoal e encargos	(71.424)	(67.976)
Serviços de terceiros	(54.395)	(49.803)
Materiais e medicamentos	(25.396)	(21.773)
Gerais e administrativas	(13.816)	(11.443)
Financeiras, líquidas	4.073	3.914
Outras receitas (despesas) operacionais	(9.018)	(8.760)
	<u>(169.976)</u>	<u>(155.841)</u>
Resultado diferido	<u>(16.284)</u>	<u>12.033</u>

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

24. Contingências

Correspondem à estimativa de eventuais desembolsos com prováveis desfechos desfavoráveis relativos a processos de reclamações trabalhistas e cíveis.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Trabalhistas	16.834	14.036
Cíveis	1.581	1.468
	<u>18.415</u>	<u>15.504</u>

Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade possuía processos judiciais em andamento de naturezas cível e trabalhista, com expectativa de perda "possível", cujos valores foram estimados pelos assessores jurídicos no montante de R\$ 8.803 (em 2024, R\$ 7.073).

As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pela Administração com base nas informações prestadas pelos assessores jurídicos. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

Demonstramos a seguir a movimentação da provisão das contingências ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldos em 1º de janeiro	15.504	10.210
(+) Adição	6.116	5.901
(-) Reversão	(1.917)	(117)
(-) Acordos / pagamentos	(1.288)	(490)
Saldos em 31 de dezembro	<u>18.415</u>	<u>15.504</u>

25. Patrimônio líquido

Patrimônio social

Compostos pelo patrimônio da Entidade e pelo déficit/superávit do exercício no montante de R\$ 42.537 (Em 2024, R\$ 50.354).

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

Déficit/Superávit do exercício

A LABCOMI opera com seis unidades próprias, duas de contrato de concessão pública e duas de contrato de gestão.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Unidades próprias		
SEDE/CSC	1.172	3.585
HMG	(11.116)	1.635
SOKIDS	(102)	(3.117)
CRESCER	1.926	1.006
IESG	3.069	1.691
TRANSFORMAR	(462)	(622)
	<u>(5.513)</u>	<u>4.178</u>
Concessão pública		
HCM	113	2.093
HMIA	(2.417)	67
	<u>(2.304)</u>	<u>2.160</u>
	<u>(7.817)</u>	<u>6.338</u>

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

Demonstramos a seguir o resultado das unidades próprias e dos contratos de concessão pública no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

▪ Unidades próprias

	SEDE/CSC	HMG	SOKIDS	CRESCER	IESG	TRANSFORMAR	Total
Receitas Hospitalares							
Receitas de serviços	-	88.916	4.662	-	4.613	204	98.395
Receita com doações	543	2.439	39	6.497	2	-	9.520
Receita com serviços voluntários	751	-	-	-	-	-	751
	<u>1.294</u>	<u>91.355</u>	<u>4.701</u>	<u>6.497</u>	<u>4.615</u>	<u>204</u>	<u>108.666</u>
Custos operacionais							
Pessoal	(228)	(49.926)	(2.525)	(2.892)	(686)	(72)	(56.329)
Prestadores de serviços	(56)	(20.773)	(2.171)	(146)	(469)	(167)	(23.782)
Materiais e medicamentos	(302)	(20.532)	(464)	(35)	(2)	(3)	(21.338)
Gerais	(465)	(3.279)	(454)	(184)	(35)	(136)	(4.553)
	<u>(1.051)</u>	<u>(94.510)</u>	<u>(5.614)</u>	<u>(3.257)</u>	<u>(1.192)</u>	<u>(378)</u>	<u>(106.002)</u>
Despesas operacionais							
Despesas com pessoal	(9.809)	(65)	(5)	(56)	(6)	(1)	(9.942)
Despesas com prestadores de serviços	(178)	(600)	(46)	(259)	(73)	(129)	(1.285)
Gerais e administrativas	(1.878)	(5.733)	(235)	(1.199)	(218)	(61)	(9.324)
Depreciação e amortização	-	(6.373)	(68)	(40)	(9)	(18)	(6.508)
Despesas com serviços voluntários	(751)	-	-	-	-	-	(751)
Outras receitas (despesas) operacionais	13.155	5.976	1.178	290	(70)	(69)	20.460
	<u>539</u>	<u>(6.795)</u>	<u>824</u>	<u>(1.264)</u>	<u>(376)</u>	<u>(278)</u>	<u>(7.350)</u>
Custos e despesas operacionais	(512)	(101.305)	(4.790)	(4.521)	(1.568)	(656)	(113.352)
Resultado operacional	<u>782</u>	<u>(9.950)</u>	<u>(89)</u>	<u>1.976</u>	<u>3.047</u>	<u>(452)</u>	<u>(4.686)</u>
Resultado financeiro							
Receitas financeiras	604	418	2	10	31	-	1.065
Despesas financeiras	(214)	(1.584)	(15)	(60)	(9)	(10)	(1.892)
	<u>390</u>	<u>(1.166)</u>	<u>(13)</u>	<u>(50)</u>	<u>22</u>	<u>(10)</u>	<u>(827)</u>
Resultado do exercício	<u>1.172</u>	<u>(11.116)</u>	<u>(102)</u>	<u>1.926</u>	<u>3.069</u>	<u>(462)</u>	<u>(5.513)</u>

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

- Concessão pública

	HCM	HMIA	Total
Receitas Hospitalares			
Receitas de serviços	49.044	14.391	63.435
Receita com doações	202	8	210
	<u>49.246</u>	<u>14.399</u>	<u>63.645</u>
Custos operacionais			
Pessoal	(22.990)	(6.500)	(29.490)
Prestadores de serviços	(11.356)	(6.558)	(17.914)
Materiais e medicamentos	(4.398)	(1.111)	(5.509)
Gerais	(2.777)	(612)	(3.389)
	<u>(41.521)</u>	<u>(14.781)</u>	<u>(56.302)</u>
Despesas operacionais			
Despesa com Pessoal	(30)	(13)	(43)
Despesa com Prestadores de serviço	(284)	(66)	(350)
Gerais e Administrativas	(4.268)	(726)	(4.994)
Depreciação e Amortização	(758)	(212)	(970)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.567)	(668)	(2.235)
	<u>(6.907)</u>	<u>(1.685)</u>	<u>(8.592)</u>
Custos e despesas operacionais	(48.428)	(16.466)	(64.894)
Resultado operacional	<u>818</u>	<u>(2.067)</u>	<u>(1.249)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	250	5	255
Despesas financeiras	(955)	(355)	(1.310)
	<u>(705)</u>	<u>(350)</u>	<u>(1.055)</u>
Resultado do exercício	<u>113</u>	<u>(2.417)</u>	<u>(2.304)</u>

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

Unidades próprias

As unidades próprias são compostas, principalmente, pelo Hospital Martagão Gesteira com foco no atendimento à criança e 100% dos recursos proveniente do SUS por meio de contratos firmados com a Secretaria Municipal de Saúde de Salvador e a Secretaria Estadual de Saúde da Bahia. O Hospital Martagão Gesteira é o principal expoente das operações da Liga e oferta atendimento pediátrico gratuito, sendo 100% da sua assistência pelo SUS. Por esta particularidade, o Hospital Martagão Gesteira apresenta desequilíbrio econômico-financeiro operacional com um resultado deficitário. Com o apelo da causa atendida pelo Martagão Gesteira, a gestão faz um trabalho de mobilização social que resulta na captação de recursos por meio da Sede e das demais unidades de negócio próprios que são revertidos para manutenção da atividade operacional do Martagão.

Concessão pública

Em 2024, a LABCOMI iniciou suas atividades no Hospital da Criança de Maringá e no Hospital Materno Infantil de Alagoinhas por meio dos contratos firmados de concessão pública. Os dois contratos têm por objetivo a exploração do complexo hospitalar.

Conforme contratos firmados, os serviços médicos prestados no Hospital da Criança de Maringá serão destinados em uma proporção não inferior a 60% a pacientes oriundos da rede pública de saúde. Os 40% restantes poderão ser ofertados a rede de saúde suplementar. No Hospital Materno Infantil de Alagoinhas, os atendimentos médicos são 100% de assistência do SUS.

26. Receitas operacionais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas de Atividades de Saúde		
Sistema Único de Saúde - POA	109.386	79.431
PEC Enfermagem	17.714	20.300
Sistema Único de Saúde - Contratos	32.156	38.563
Saúde suplementar	9.317	6.837
Contratos de gestão	163.272	146.459
Ensino e pesquisa	4.613	2.917
	<u>336.458</u>	<u>294.507</u>
Receitas de Atividades Sociais		
Doações	4.387	2.910
Campanhas Sociais	5.506	4.361
	<u>9.893</u>	<u>7.271</u>
	<u>346.351</u>	<u>301.778</u>

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

As receitas operacionais correspondem àquelas oriundas da atividade principal da Entidade, referentes aos serviços de saúde prestados à sociedade, sendo estes classificados como contratos quando se referem aos contratos firmados com a Secretaria Estadual de Saúde - SESAB e junto a Secretaria Municipal de Saúde - SMS. Os serviços de Saúde Suplementar são prestados diretamente a particulares ou por meio de contratos firmados com diversos Planos de Saúde nas unidades HCM, Sokids e Transformar.

Os resultados do Contrato de Gestão são revertidos ao final de cada período para o grupo de obrigações a executar no passivo. Desse modo, o resultado de cada exercício dos Contratos de Gestão será sempre nulo, mantendo o equilíbrio econômico e financeiro da execução com os valores repassados.

27. Mensuração do trabalho voluntário

	2025	2024
Sociedade civil	80	56
Conselheiros e diretores	671	1.128
Total	<u>751</u>	<u>1.184</u>

Os serviços de voluntariado são prestados pela sociedade civil, de forma não remunerada, essenciais para apoio e operação da Entidade. Os voluntários colaboram com o bazar, organizam "stands" e ações, arrecadam doações e viabilizam a execução dos maiores eventos e campanhas que a Entidade realiza no seu calendário anual, como o Mc Dia Feliz e a Corrida Colorida. Assim, legitimam a importância e o papel da Entidade na comunidade. São consideradas também como serviços voluntários as horas disponibilizadas por membros do Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

Os registros dos montantes foram contabilizados nas rubricas de serviço voluntário (receita e despesa) e não altera o superávit/déficit do exercício. O parâmetro utilizado para valorar as horas trabalhadas dos voluntários é o salário-mínimo e para membros dos Conselhos e Diretoria Estatutária é o valor de mercado.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

28. Custos dos serviços prestados

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
		(Reapresentado)
Custos com Pessoal e Encargos		
Remunerações	(118.758)	(103.692)
Provisão de Férias e 13º Salário	(22.783)	(18.154)
Encargos Sociais (FGTS)	(10.292)	(9.690)
Benefícios Sociais (Alimentação e Transporte)	(3.931)	(41)
Bolsas de Estágios	(442)	(1.500)
Rescisões Trabalhistas	(4.738)	(180)
	<u>(160.944)</u>	<u>(135.799)</u>
Custos com serviços de terceiros		
Prestação de serviços médicos	(87.619)	(76.827)
Serviços laboratoriais	(4.686)	(2.233)
Serviço de lavanderia	(1.078)	(896)
Serviço de limpeza e higienização	(869)	(472)
Serviço de manutenção e eng. clínica	(188)	(302)
Assessoria e consultoria	(1.381)	(1.192)
	<u>(95.821)</u>	<u>(81.922)</u>
Custos com materiais e medicamentos		
Medicamentos	(14.595)	(13.419)
Material médico	(14.644)	(12.579)
Gases medicinais	(1.760)	(1.932)
OPME	(5.547)	(6.705)
Laboratório/banco de sangue	(1.535)	(1.749)
Nutrição	(3.844)	(3.153)
Gêneros alimentícios	(6.710)	(4.439)
Material de engenharia clínica	(995)	(1.263)
Material de higienização e limpeza	(666)	(499)
Outros materiais de consumo	(1.966)	(1.500)
	<u>(52.262)</u>	<u>(47.238)</u>
Custos gerais e administrativos		
Energia elétrica	(7.167)	(5.188)
Água e esgoto	(1.834)	(1.231)
Serviços gerais	(5.960)	(6.120)
	<u>(14.961)</u>	<u>(12.539)</u>
Total	<u>(323.988)</u>	<u>(277.498)</u>

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

29. Receitas (despesas) operacionais

	2025	2024 (Reapresentado)
Despesas com pessoal e encargos		
Remunerações	(6.934)	(5.288)
Provisão de férias e 13º salário	(1.505)	(1.141)
Encargos sociais (FGTS)	(714)	(631)
Benefícios sociais	(900)	(655)
Bolsas de estágio	-	(94)
Rescisões trabalhistas	(50)	(21)
	<u>(10.103)</u>	<u>(7.830)</u>
Despesas com Serviços de Terceiros		
Assessoria e consultoria	(2.404)	(3.235)
	<u>(2.404)</u>	<u>(3.235)</u>
Despesas gerais e administrativas		
Material de expediente	(1.371)	(1.178)
Material de informática	(1)	(20)
Material de manutenção predial	(2.927)	(4.557)
Outros materiais de consumo	(2.512)	(2.073)
Impostos, taxas e contribuições	(1.017)	(377)
Sistemas e redes	(5.864)	(3.430)
Aluguel de máquinas e equipamentos	(2.872)	(1.861)
Aluguéis de imóveis	(10)	(200)
Telefonia e internet	(657)	(428)
Combustíveis e lubrificantes	(1)	(1)
Publicidade e eventos	(339)	(169)
Manutenção e conservação	(2.899)	(1.168)
Viagens e traslados	(515)	(554)
Seguros diversos	(3)	(32)
Outras despesas administrativas	(587)	(564)
	<u>(21.575)</u>	<u>(16.612)</u>
Depreciação e amortização	(7.501)	(5.293)
	<u>(7.501)</u>	<u>(5.293)</u>
Despesas com serviços voluntários	(751)	(1.184)
	<u>(751)</u>	<u>(1.184)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais		
Baixa líquida de ativos imobilizado	(7)	(1.562)
Provisões para PECLD	(222)	(270)
Provisões de processos judiciais	(4.018)	(6.501)
Perdas diversas	582	(4)
Receita com subvenções/convênios	11.389	12.763
Ressarcimento de despesas	758	4.743
Outras receitas operacionais	2.186	8.949
Outras despesas operacionais	(1.458)	(6.373)
	<u>9.210</u>	<u>11.745</u>
	<u>(33.124)</u>	<u>(22.409)</u>

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

30. Resultado financeiro

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos financeiros	5.250	5.229
Juros, abatimentos e descontos	200	545
	<u>5.450</u>	<u>5.774</u>
Despesas Financeiras		
Juros e Atualizações sobre empréstimos	(2.832)	(1.475)
Tarifas bancárias	(256)	(999)
Outras despesas financeiras	(169)	(17)
	<u>(3.257)</u>	<u>(2.491)</u>
	<u>2.193</u>	<u>3.283</u>

31. Benefício fiscal usufruído

Certificado de Filantropia

A Entidade é certificada com o CEBAS (Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social), por meio da Portaria nº 632, de 1º de junho de 2021, que regula os procedimentos de isenção previdenciária. O benefício se aplica igualmente para os impostos e contribuições Federal, Estadual e Municipal.

A certificação foi prorrogada de ofício por mais um ano por meio da Portaria nº 996 em 27 de novembro de 2023, em observância ao disposto no artigo 40, parágrafo 1º, da Lei Complementar 187/2021. Em 29 de novembro de 2024, a Entidade pleiteou, tempestivamente, a renovação do CEBAS e o processo encontra-se em análise.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

Imunidade

Representa o montante das contribuições previdenciárias e tributárias apuradas nos exercícios, que não foram pagas devido ao usufruto da imunidade a que fazem jus às entidades filantrópicas. Em 31 de dezembro de 2025, considerando o faturamento da Entidade, bem como o valor da sua folha de pagamento a empregados, registrados pelo regime de competência, os valores da renúncia fiscal usufruída somam um total de R\$ 80.672 (Em 2024, R\$ 70.317), conforme demonstrado a seguir:

Descrição do tributo	Base de cálculo	Base de valores:				
		2025	2024	Alíquota	2025	2024
ISS s/ faturamento	Receita	336.458	294.507	2,00%	6.729	5.890
COFINS s/ faturamento	Receita	336.458	294.507	3,00%	10.094	8.835
PIS s/ faturamento	Receita	336.458	294.507	0,65%	2.187	1.914
CSLL s/ lucro	Receita	336.458	294.507	2,88%	9.690	8.482
IRPJ s/ lucro	Receita	336.458	294.507	4,80%	16.150	14.136
PIS s/ folha	Remuneração folha	125.692	108.980	1,00%	1.257	1.090
INSS s/ folha (cota patronal)	Remuneração folha	125.692	108.980	27,50%	34.565	29.970
Total					80.672	70.317

32. Evento subsequente

Continuidade das atividades com caráter indenizatório

Em decorrência do encerramento da vigência do Contrato de Gestão nº 76/2019, firmado com a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - SESAB, em 03 de dezembro de 2025, o Hospital manteve, a partir de 04 de dezembro de 2025, a execução de suas atividades assistenciais em caráter indenizatório, até a formalização de novo instrumento contratual.

Tal medida teve como objetivo evitar a descontinuidade dos serviços essenciais prestados à população e mitigar impactos sociais relevantes. Ressalta-se que esse regime possui natureza estritamente indenizatória, destinando-se exclusivamente ao ressarcimento dos custos operacionais, assistenciais e administrativos indispensáveis à manutenção das atividades, mediante regular prestação de contas, não se caracterizando como repasse de recursos.

Em 09 de abril de 2026, foi formalizado o Contrato nº 003/2026, com vigência de 60 meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial.